

# **PROCESSO DE FORMAÇÃO DA ÁREA FRANCISCO CAETANO FILHO (BEIRAL) E OS PROBLEMAS DE URBANIZAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA**

**João Paulo Passos de Andrade**

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Roraima – UFRR. Especialista em Segurança Pública e Cidadania pela Universidade Federal de Roraima – UFRR.

## **RESUMO**

O texto tem como objetivo apresentar um breve histórico da Área Francisco Caetano Filho, tendo como foco o levantamento de informações de como se deu a formação desta área, bem como, o processo de evolução da violência e crime neste espaço. Através do levantamento de informações foi verificado se nos últimos anos existiu algum tipo de política pública urbana e de segurança pública objetivando a redução da violência e do crime naquele espaço. Ainda com metodologia utilizou-se da observação em in loco, para analisar como funciona a propagação do crime no local e também levantamento bibliográfico a cerca do assunto ora abordado. O que se percebe, é que diante de tantos problemas enfrentados pela população na Área Caetano Filho, pouco se fez para que essa realidade mudasse, assim, verificamos que não há políticas públicas nem para questões de planejamento urbano, nem para segurança pública, que estejam sendo desenvolvidas nesta área.

Palavras Chaves: Política Pública. Segurança Pública. Francisco Caetano Filho.

The text aims to present a brief history of the area Francisco Caetano Filho, focusing on the collection of information how was the formation of this area and also, the process of evolution of crime and violence in this space. Through the survey information was verified if in recent years there was some kind of urban public policy and public security aimed to reduce violence and crime in said space. The methodology was observation at the place, to analyze how works the spread of crime and also and also literature about the subject matter. What we see about so many problems faced by the population in the Caetano Filho area , just a little was done to change this reality, we can check there's not public policy or issues of urban planning, or security policy which are being developed in this area.

Key-words: Public policy. Public security. Francisco Caetano Filho.

## 1. Introdução

Neste trabalho se busca fazer uma pequena abordagem sobre o processo de formação da área Caetano Filho, bem como, os problemas de urbanização e de segurança pública nesta área, problemas estes que de alguma forma contribuem para a perpetuação da pobreza e criminalidade enfrentada pela população que vive em parte daquela área.

A Área de Interesse Social denominada Francisco Caetano Filho, mais conhecida pela população de Boa Vista como “Beiral”, está sempre nas páginas dos jornais, geralmente por conta de algum acontecimento ligado ao crime e violência, ou pelos alagamentos que acontece em parte da área devido à cheia do Rio Branco durante o período de chuva.

Para uma melhor compreensão durante o trabalho, realizou-se um recorte espacial, tomando como objeto a Rua Cecília Brasil, Travessa Cecília Brasil, Rua Castelo Branco, Travessa Castelo Branco e Parte da Rua Bento Coelho, que está localizada em parte da área Caetano Filho.

Vale salientar que este espaço carrega o estigma de ser um lugar com grande concentração de ponto de venda de drogas na cidade de Boa Vista. Ainda que as instituições de segurança pública saibam desta realidade, pouco se fez para que essa situação mude, onde as políticas públicas de segurança pública, saúde, moradia e outros direitos sociais não se fazem presentes.

## 2. Área Caetano Filho e sua História

A história da área Caetano Filho, está intrinsecamente ligada ao processo de formação da cidade de Boa Vista, zona onde se encontrava a antiga Fazenda Boa Vista que deu origem a esta cidade.

De acordo com as fontes orais, algumas informações disponibilizadas nas pesquisas de OLIVEIRA (2010), observa-se que a partir de discussões com alguns grupos indígenas, pode-se indagar quanto a origem da área ora estudada:

Os associados da Organização dos Índios da Cidade têm inicialmente desafios duplos: o primeiro é buscar respostas para as lacunas apresentadas pela historiografia regional, na construção histórica e cultural da cidade de Boa Vista, e o segundo, de garantir o reconhecimento da cultura indígena diferenciada da nacional. Quando a ODIC realiza as oficinas culturais nos bairros, os parentes desejam debater aspectos da história a partir da existência da fazenda Boa Vista do rio Branco (1830) que é marcada pela presença de malocas das etnias Makuxi, Wapichana e de alguns Paravilhana ou Paraviana, cuja etnia esta desaparecida. **De acordo com os relatos dos parentes, faz-se necessário discutir a origem da cidade de Boa Vista a partir da presença das referidas malocas que antecedem a fazenda Boa Vista. Esse tema é relevante para os índios urbanos, pois indica a participação efetiva desses povos indígenas na origem da cidade.** De acordo com a memória oral dos índios Makuxi trazida em algumas oficinas, os parentes diziam que seus antepassados identificavam a atual cidade de Boa Vista como o local chamado Kuwai Kîrî( teso de buritizais e igarapês, que na memória Wapichana é Kuaipyre). (OLIVEIRA, 2010, pag. 62-63).

Entendemos que a partir desta citação, é que na área onde viviam essas comunidades indígenas e que geograficamente este é o mesmo local onde se encontra a área Caetano Filho, já se via o processo de periferização e conseqüentemente segregação de algumas famílias, já que estes não faziam parte das grandes famílias locais e estavam a margem da sociedade.

Diferente das grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, a cidade de Boa Vista não

apresenta grandes favelas em suas características urbanísticas. Mesmo assim não se pode dizer que não temos favelas, pois nossa favela não está apenas na periferia, elas estão próximas ao centro da cidade e se fizermos uma análise parte da área Francisco Caetano Filho pode ser considerado uma favela dentro de Boa Vista.

De acordo com a UN-HABITAT, agência especializada da Organização das Nações Unidas que tem se dedicado à promoção de cidades, social e ambientalmente sustentáveis, de maneira a que todos os seus residentes disponham de abrigo adequado, a organização defini favela como uma área degradada de uma determinada cidade caracterizada por moradias precárias, falta de infraestrutura e sem regularização fundiária.

A partir da definição que a UN-HABITAT coloca para favela, vemos que a situação de parte da área do Caetano Filho conhecida como “Beiral”, se enquadra perfeitamente no que está disposto em sua definição, pois todas as características citadas acima fazem parte da realidade daquele espaço, principalmente quando se fala da falta de infraestrutura e área degradada.

Boa Vista não sofreu um processo de industrialização como as grandes capitais, se diferenciando dos grandes centros urbanos, que possuem um grande número de indústrias e com a necessidade de grande mão de obra de trabalhadores. É importante colocar que mesmo sem esse processo de industrialização, não foi possível evitar o processo de migração intensa em busca de trabalho.

Considerado por muitos que aqui vieram morar, como um grande “eldorado”, muitos nordestinos e sulistas resolveram migrar e residir em busca de novas oportunidades de ascensão econômica e social, de acordo com SILVA (2009), “a cidade de Boa Vista, (...) concentra uma população não somente nativa, mas de imigrantes que buscam a última fronteira, como alternativa de sobrevivência” (SILVA, 2009, p. 51).

Nesse período de grande migração a cidade não estava preparada para receber esse alto número de pessoas que vieram para Roraima, mais precisamente a capital Boa Vista, não tendo como evitar a proliferação de bairros desorganizados e sem estrutura urbana para comportá-los, constituindo assim as primeiras favelas na capital do estado.

Não podemos achar que esse é um problema exclusivo do estado de Roraima, a nível nacional os problemas de migração ocorreram em todo país, onde levas de indivíduos que viviam em áreas rurais, mudaram para as grandes cidades ou para locais onde era noticiada a oportunidade de emprego e de uma vida melhor.

No caso de Roraima, além da “corrida para o ouro”, o processo migratório foi desencadeado devido a um projeto do Governo Federal que visava a segurança nacional nesta área, conforme aponta VALE (2007) ,

(...), promoveu o crescimento do Território através de uma política urbana concentrada na capital, realizando obras infra-estruturais físicas e sócio-econômicas. Contudo, devido ao intenso crescimento populacional, com o agravamento de déficit habitacional, ampliou significativamente áreas ocupadas por habitações, construídas de improviso, em locais geralmente inadequados e sem obedecer aos requisitos mínimos de habitabilidade. (VALE, 2007, p. 110).

Vejamos que já nesse processo de ocupação do estado de Roraima, os problemas de planejamentos tornaram-se algo recorrente, propiciando a formação de guetos e bairros sem estrutura, alguns provenientes de invasões e que, com o tempo, foram admitidos pelo poder público como bairros.

É nesse contexto que percebemos que a área Caetano Filho, adquiri em parte de sua estrutura, características de uma favela, principalmente no que toca a questão da falta de estrutura urbana e área degradada como já foi citado acima, mas podemos ainda acrescentar a falta de segurança pública efetiva no local como um dos principais problemas contemporâneos.

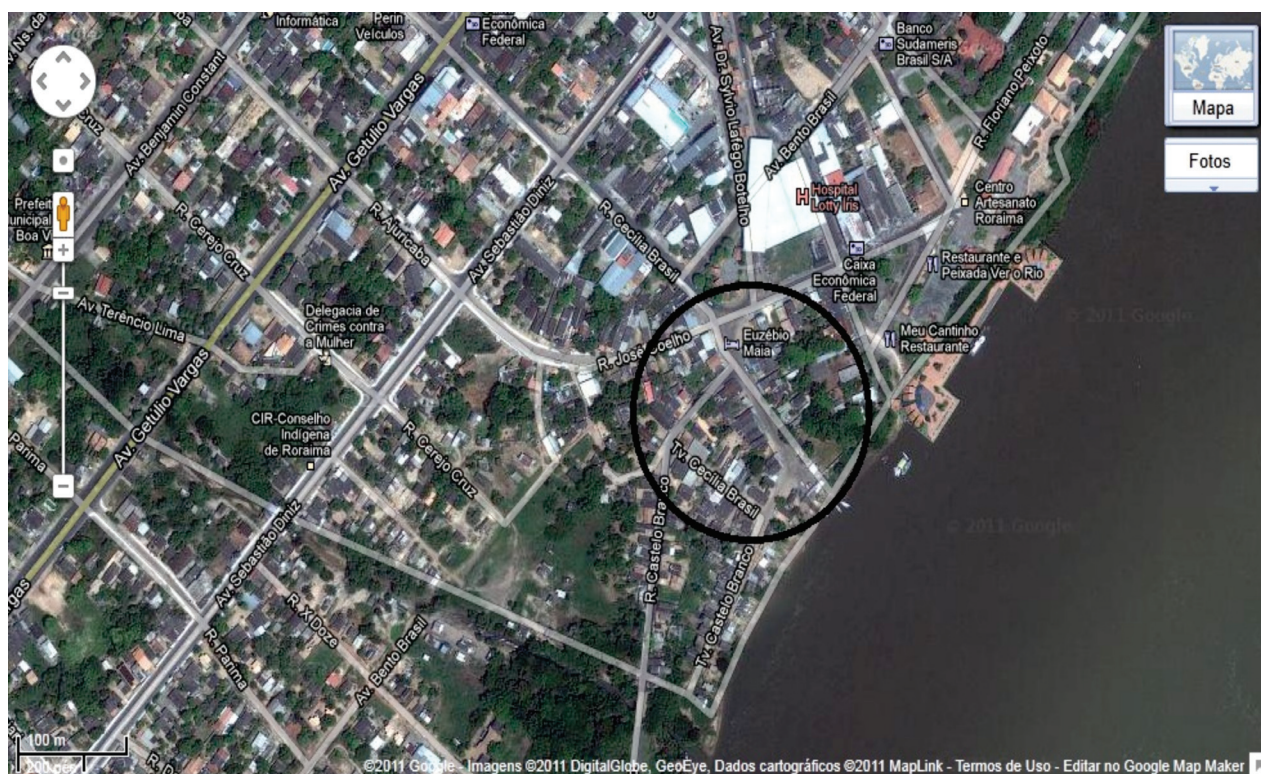
### 3. “Políticas Públicas” na Área Caetano Filho

Nos últimos anos o poder público tem buscado apresentar melhorias no perímetro urbano, no caso da área Caetano Filho foram elaborados projetos voltados para se oferecer uma melhor condição de vida aos moradores, com intuito de tornar aquela uma área com serviços de drenagem, recuperação e expansão da rede de iluminação pública, urbanização e recapeamento de diversas vias, além da construção de 54 unidades habitacionais, sendo os recursos oriundos do projeto do Governo Federal, Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que investiu a ordem de 3 milhões nessas melhorias.

Cabe observar que, tais investimentos são visíveis apenas em parte da área Caetano Filho, afastado do espaço onde se concentra as chamadas “bocas de fumo” e bares. A área do Caetano Filho que compreende a *Rua Cecília Brasil*, *Rua Castelo Branco* e a *Travessa Cecília Brasil*, talvez seja o ponto mais crítico quando relacionado a criminalidade, independente da hora do dia é possível encontrar jovens fazendo uso de drogas ao ar livre sem se preocupar com quem passa, mesmo a luz do dia acontece a entrega de drogas pelos chamados “aviõezinhos”.

Tais reflexões são resultados de nossas observações feitas nos locais, durante a produção deste trabalho. Para compreender como se dá o cotidiano daquela área, se fez necessário realizar visitas durante o dia e a noite a área delimitada de estudo, e perceber tais problemas ora apresentados neste trabalho. A figura a seguir mostra detalhadamente a área delimitada por esse estudo e que carece de maior visibilidade por parte do Estado e da segurança pública.

FIGURA I



Fonte: Google Maps, em 21.09.2011. Área circulada corresponde à área delimitada de estudo.



Além dessa ausência de segurança, a população enfrenta problemas de falta de estrutura, sendo que, ao longo dos anos a sociedade acostumou-se a ver as pessoas que moram naquele local a passarem por dificuldades durante o período de chuva, por se tratar de um espaço a margem do Rio Branco, com as cheias a pessoas são obrigadas a se deslocar para abrigos, pois não tem como a população continuar em suas casas, como podemos ver na figura II a seguir.

**FIGURA II**



FFoto: France Telles. 2011.

Ainda que estes passem por todas essas dificuldades, o local não deixa de ser um espaço gerador de transgressão. Em uma das visitas ao local, durante a noite, foi possível notar que o consumo de droga continuar sendo feito ao ar livre por alguns jovens que moram no local ou que saem de suas moradias em outros bairros para o “Beiral” para efetuar o consumo ilícito dos entorpecentes, e que mesmo no período das cheias do Rio Branco, de acordo com moradores, o tráfico ocorre através de canoas, sendo esta a forma de locomoção dos traficantes.

#### 4. Área Especial de Interesse Social, Polícia Militar e Políticas Públicas

Até o presente percebe-se que venho tratando o espaço Caetano Filho como área de interesse social e não como bairro, pois de acordo com a Lei n. 1117, de 31 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial do Município de Boa Vista, este espaço é considerado uma Área Especial de Interesse Social, no que diz o plano diretor do município de Boa Vista, as áreas sujeitas à regularização fundiária e urbanística são aquelas passíveis de serem declaradas como Áreas de Especial Interesse Social – AEIS.

No que dispõe a lei municipal n. 1117, de 31 de dezembro de 2008, a área do Caetano Filho corresponde a 1.356.159,31 metros quadrados e 5.528,60 metros de perímetro, compreendendo parte de pelo menos três bairros, uma parte do Centro, outra do São Vicente e outra do Calungá.

Esse talvez seja um dos passos para que se possa garantir parte dos interesses sociais citados no início deste capítulo, bem como, uma forma de se começar a estruturar aquela área esquecida pelo poder público e mostrar para esses cidadãos que de alguma forma eles estão sendo assistidos pelo Estado, lhes garantindo também o direito a cidadania e que há interesse também em diminuir o índice de criminalidade e violência no local.

Como aponta PASTORE (1991):

O problema de violência, entretanto, não pode certamente ser resolvido pela simples melhoria do sistema legal e repressão policial, já que apresenta raízes muito mais profundas e de muito maior extensão do que aparenta ao leitor ingênuo da imprensa cotidiana (PASTORE, 1991, p. 7).

O que temos diante dessa afirmação de Pastore é a ideia de que nem sempre a repressão policial é suficiente para resolver os problemas de violência e crime em um determinado bairro ou área de uma cidade. De alguma forma a imprensa de Boa Vista quando apresenta notícias sobre crimes e atos violentos que acontecem na Área do Caetano Filho, perpetram no imaginário das pessoas a imagem de que aquela área é um local violento, esquecendo-se de que ali, vivem pessoas que não partilham de tal conduta.

A simples atuação da polícia já não é suficiente para resolver o problema, pois o tráfico como principal crime já é um caso crônico de transgressão, então há que se perguntar o porquê da continuidade de tal crime, já que a polícia sempre está no local e mesmo assim não consegue acabar com essa prática delituosa?

PASTORE (1991) ainda apresenta algumas explicações sociológicas convencionais para essa proliferação do crime em algumas cidades, como por exemplo:

[...] migração intensa, favelização, baixas condições de vida, concentração de renda, desemprego aberto, baixos níveis educacionais, normalmente associadas a comportamentos desviantes e freqüentemente criminosos constituem o traço marcante dos processos de desenvolvimento urbano das grandes regiões metropolitanas brasileiras, notáveis por grandes desigualdades e desequilíbrios. (PASTORE, 1991, p.5)

Quando PASTORE (1991) aponta na citação acima algumas destas explicações para o desenvolvimento do crime, vemos que há grande semelhança entre os pontos apontados por ele e o

processo de formação populacional de Roraima e da capital Boa Vista, principalmente no que toca a “migração intensa”.

Durante o levantamento de informações quantos aos projetos de segurança pública desenvolvido para a área Caetano Filho, na tentativa de coibir o crime de tráfico naquela área, a única informação encontrada foi de que a polícia militar só realiza o trabalho ostensivo.

Verificou-se também que a Polícia Militar não tem aplicado ainda o trabalho de polícia comunitária naquele local, que tem como filosofia uma maior aproximação da comunidade para que juntos possam combater a criminalidade e melhorar a qualidade geral de vida na área. Ainda que, a polícia comunitária não seja uma política pública específica, essa ainda seria uma forma de aproximação entre sociedade civil e polícia militar.

O Ministério da Justiça definiu a polícia comunitária como:

(...) uma filosofia e uma estratégia organizacional fundamentadas, principalmente, numa parceria entre a população e as instituições de segurança pública e defesa social. Baseia-se na premissa de que tanto as instituições estatais, quanto à população local, devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas que afetam a segurança pública, tais como o crime, o medo do crime, a exclusão e a desigualdade social que acentuam os problemas relativos à criminalidade e dificultam o propósito de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. (www.portal.mj.gov.br)

Diante de tal situação identificada, não se pode inverter os valores e achar que tais crimes que são recorrentes como o tráfico de drogas na área Caetano Filho seja algo natural. Nesse caso, a manutenção da ordem pública é algo que deve ser feita dia a dia, o dados levantados sobre criminalidade no Brasil nas últimas décadas, mostram que houve um aumento expressivo de violência e crime, trazendo assim, uma naturalização do crime e criando uma conformação da criminalidade dentro da sociedade.

SAPORI (2007) assinala:

[...], nota-se um maior grau de violência associada aos crimes urbanos, bem como a solidificação de atividades criminosas cada vez mais organizadas e pautadas por uma racionalidade tipicamente empresarial. São os casos do tráfico de drogas, do roubo de cargas, do contrabando de armas e de mercadorias, entre outros. (SAPORI, 2007, p. 99).

A segurança pública aparece em nossa constituição como um dos direitos sociais, porém, não podemos pensar que esse trabalho deva ser realizado de forma unilateral, já que este requer a ajuda da sociedade. Tanto a constituição Federal como a Estadual, prevêm respectivamente nos artigos 144 e 175 que, “A segurança pública, dever do Estado, **direito e responsabilidade de todos**, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (...)”.

Como aponta COSTA (2010):

Na luta contra a violência, os vários métodos de intervenção devem ser aplicados de maneira integrada. O planejamento urbano possui importante papel para melhoria da segurança nas cidades. Se por um lado o êxodo rural e a ocupação desordenada das cidades contribuem significativamente para o avanço da violência urbana, por outro lado a planificação, o desenho e a gestão urbana e física podem colaborar com a prevenção da criminalidade nas cidades.

Vemos então que os problemas a serem solucionados nesta área não são poucos, desde sua formação a área já tinha como predisposição a vir ser um espaço segregado, nesse caso, se o estado se fizer ausente diante de tais problemas, a tendência é que estes venham a aumentar, dificultando que possíveis soluções se tornem eficazes no futuro.

## **5. Considerações Finais**

Se analisarmos todo o processo histórico da formação daquela área, este sempre foi um espaço com predisposição a se tornar um local com problemas sociais, onde o poder público não se faz presente, já que os problemas não são apenas os de segurança pública, pois todos os anos a comunidade naquela área passa por dificuldade com a estrutura física do local, principalmente os alagamentos no período de chuva.

Se por um lado a segurança pública e falta de estrutura urbana aparecem como principais problemas no local, sendo que a falta de políticas públicas ligadas a estas questões, só tende a aumentar a preocupação daqueles que vivenciam o cotidiano do local, sem uma perspectiva de uma vida mais digna, com seus direitos garantidos.

No outro temos uma pouca participação da sociedade no combate ao crime que assola a população naquela área, seja por medo daquele que detém o monopólio do crime ou mesmo por não sentir que sua participação vá contribuir na diminuição da criminalidade, já que a relação de companheirismo entre comunidade e polícia militar é algo extremamente impessoal.

Fez-se o levantamento de muitas informações e várias visitas ao local no período de julho a novembro de 2011, para chegar a compreensão de que ainda falta uma maior preocupação em estabelecer laços entre a polícia militar e comunidade que sofre com a criminalidade naquele local. E ainda de acordo com as observações, o maior problema é o abandono do poder público, que fecha os olhos para as dificuldades enfrentadas pela população e pouco tem feito para que esse quadro mude.



## Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série Legislação Brasileira).

COSTA, Humberto. Espaços Urbanos Seguros. Secretaria das Cidades. Governo do Estado de Pernambuco. Disponível em: << [http://www2.cidades.pe.gov.br/c/portal/layout?p\\_1\\_id=PUB.1381.55](http://www2.cidades.pe.gov.br/c/portal/layout?p_1_id=PUB.1381.55) >>. Acesso em 04 dez. 2010.

Diário Oficial do Município de Boa Vista. Lei n. 1117, de 31 de dezembro de 2008.

Ministério da Justiça. Polícia Comunitária. Disponível em << <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJE9CFF814ITEMID006F145729274CFB9C3800A065051107PTBRIE.htm> >> Acessado em 02.01.2012.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes organizador. Projeto Kuwai Kîrî: a experiência amazônica dos índios urbanos de boa Vista – Roraima. Boa Vista: Editora da UFRR, 2010. P. 62-63.

PASTORE, José. Crime e Violência Urbana. São Paulo: IPE-USP: FIPE, 1991.

RORAIMA, Constituição (promulgada a 31 de dezembro de 1991). Constituição do Estado de Roraima - Unidade Federativa do Brasil. Fortaleza, Gráfica Cearense, 1991.

SAPORI, Luís Flávio. Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas et al. A Segregação Como Conteúdo da Nova Morfologia Urbana de Boa Vista . Revista Acta Geográfica, ano III, N°6, jul./dez. 2009. P.47-53.

VALE, Ana Lia Farias. Migração E Territorialização: As Dimensões Territoriais dos Nordestinos em Boa Vista / RR. Presidente Prudente: Unesp, 2007.

<http://www.unhabitat.org/content.asp?cid=2467&catid=1&typeid=24&subMenuId=0> << acesso em >> 04.12.2010.